

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL**

**Título: Centros de Memória em Espaços Acadêmicos**

**Autora: Lucinéia Bicalho**

**Orientador: Prof. Dr. Adalson de Oliveira Nascimento**

**Linha de Pesquisa: Gestão da Informação**

**Belo Horizonte - Outubro/2011**

*A memória é construída socialmente. Ela produz documentos que são feitos para comemorar eventos, pessoas e instituições. Esses documentos são o fundamento de acervos arquivísticos que se destinam à pesquisa e interpretação histórica. São, ainda, a materialidade dos lugares de memória e dos museus temáticos que preservam e interpretam o passado que se quer guardar na memória.*  
(J.N.C.Meneses\*)

## **1. Introdução**

A presente pesquisa teve como foco aspectos conceituais relativos às organizações chamadas de centros de memória, apoiando-se naquelas que estão instaladas em unidades acadêmicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), para observar, nessas entidades, o que tem sido discutido na literatura sobre o assunto. A criação desses espaços normalmente é justificada por serem locais de preservação da memória de uma determinada comunidade que, neste contexto, correspondem a comunidades acadêmicas caracterizadas por suas áreas de conhecimento e atuação específicas.

Mesmo sendo chamadas pelo nome comum de centros de memória, essas instituições funcionam de diversas formas, de acordo com a estrutura, a história e os objetivos em torno dos quais são criadas e se organizam. Nas instituições federais de ensino superior no Brasil, como a UFMG, as unidades acadêmicas, chamadas de escolas, faculdades ou institutos, funcionam com alto nível de autonomia administrativa e financeira. Assim, podem criar seus espaços de memória que privilegiam a história da construção do conhecimento de determinada área, com base no interesse e nos recursos disponíveis naquela comunidade, em particular, para criar e administrar o empreendimento. Esses espaços costumam retratar muito

---

\* Disponível em: <http://www.vet.ufmg.br/pesqextensao/projetos/20/>. Acesso em: 13/09/2011.

bem a diversidade dos olhares sobre um mesmo mundo, a partir de pontos de vista particulares com os quais cada área de conhecimento construiu sua cultura.

A memória é ali tratada como uma forma de fortalecer e de resgatar a identidade cultural de grupos que se reconhecem em determinados fazeres ou acontecimentos que fizeram parte de sua história. Muitas vezes, esses espaços passam a constituir importantes repositórios de material arquivístico, bibliográfico e museológico que, normalmente, é disponibilizado para apreciação ou para realização de consultas e pesquisas acadêmico-científicas. Além desses aspectos, essas instituições passam a ser também espaços de representação social e política que visam a dar destaque ou sustentação a seus discursos e às atividades desenvolvidas por aquela área.

Atualmente a UFMG conta com sete centros de memória: da Educação Física, da Enfermagem, da Engenharia, da Farmácia, da Medicina, da Odontologia e da Veterinária, que funcionam nas faculdades ou escolas que abrigam as áreas como um todo<sup>1</sup>.

Da implantação à gestão desses espaços, muitos aspectos devem ser observados. Como qualquer organização, todo processo de criação exige planejamento, gerenciamento e investimentos de modo a garantir que tenham vida longa e que se sustentem pelo reconhecimento e pela participação da comunidade local, bem como pelo apoio de instituições que possam fomentar seus projetos, contribuindo para sua manutenção. Entretanto, como recorte necessário ao desenvolvimento deste trabalho, seu objetivo principal foi identificar, na base das questões epistemológicas e na observação dos espaços que levam este nome no âmbito da UFMG, o que caracteriza um Centro de Memória, especialmente aqueles que fazem parte de espaços acadêmicos ou universitários. A pesquisa utilizou como fonte de informação documentação relativa aos centros de memória da UFMG, disponíveis nos sítios eletrônicos institucionais.

A seguir, são apresentados alguns temas que se destacam por sua importância e proximidade ao assunto aqui tratado.

## **2. Teoria e prática da memória**

### **2.1. Memória e identidade**

A preservação ou reconstituição da memória de grupos ou áreas de conhecimento/atuação é uma das principais funções dos centros de memória. A memória tem sido tema de discussão

---

<sup>1</sup> Estão sendo criados os Centros de Memória da Faculdade de Ciências Econômicas e da Faculdade de Letras.

intensa desde o fim do século XIX, a partir das reflexões filosóficas de Henri-Louis Bergson, dos estudos de psíquicos de Sigmund Freud e da literatura de Marcel Proust, segundo Pierre Nora (1993). Mais recentemente, destacam-se estudos do próprio Nora (1993) e de Jacques Le Goff (1992), entre muitos outros que são desenvolvidos por estudiosos de várias áreas como neurologia, psiquiatria, biologia e medicina, além das áreas sociais e humanidades, como a antropologia, a sociologia, a psicologia, a filosofia, a história etc., com vasta literatura em cada uma delas, focalizando aspectos específicos da questão que podem ser melhor compreendidos à luz de suas teorias.

Os estudos desenvolvidos por Nora (1993) apontam mudanças de hábito da sociedade contemporânea em relação à acumulação de registros de memória, que já não existiriam mais em sua forma espontânea. Maurice Halbwachs (2005) diz que a memória individual é sustentada pela memória coletiva uma vez que o grupo é o responsável pela elaboração das lembranças representadas por códigos sociais, como a linguagem. Le Goff (1992), pelo seu lado, afirma que a evolução das sociedades elucida a importância da memória como “elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual e coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 1992, p. 469).

No Brasil, destacam-se os estudos de Ulpiano Meneses, segundo o qual existe uma ‘crise de memória’ que seria responsável pelo caráter problemático do conceito de passado em vigor na contemporaneidade, e de Jô Gondar (2006), para quem a memória social deve ser compreendida com base em quatro pressupostos básicos: é um conceito transdisciplinar, possui caráter ético e político, é uma construção processual e não se reduz à representação.

A temática da memória é expressão de interesses e paixões e também objeto de campo interdisciplinar, à qual diversos termos tendem a ser associados: resgate, preservação, conservação, registro, seleção, identidade etc. Entretanto, parece visualizada, hoje, sobretudo como dado a ser arqueologizado e raramente como processo e construção sociais (JARDIM, 1995). Está em pauta entre especialistas e também como suporte de processos de identidade por parte do Estado, de organizações privadas, partidos políticos e movimentos sociais diversos que procuram “resgatar”, “recuperar” e “preservar” o que, para muitos, precisa de cuidados especiais (MENESES, 1999). Estes cuidados especiais se fazem necessários devido ao seu desmoronamento que, segundo Nora (1993), foi desencadeado pelo crescimento industrial e pelo fim da coletividade-memória, como também pela globalização, pela democratização, pela massificação e pela mediatização da atualidade. Para o autor, a memória e os meios de sua constituição não existem mais neste momento particular de nossa história.

A curiosidade pelo que ele chama de “lugares de memória”, onde esta se cristaliza, se deve, sobretudo, à articulação da consciência da ruptura com o passado que se confunde com o sentimento de esfacelamento da memória, que, apesar disso, ainda é capaz de suscitar o problema. Nesses lugares há uma associação no nível do material (por seu conteúdo), do simbólico (por caracterizar por um acontecimento ou experiência vividos) e do funcional (por garantir a lembrança e sua transmissão), simultaneamente e em diferentes graus. Estes lugares se justificam, segundo Menezes (1999) pela necessidade de criação de uma memória artificial que substitua uma “memória espontânea” inexistente nos dias de hoje.

A identidade coletiva atrelada à memória resulta de um processo de auto-reconhecimento de grupos específicos que se manifestam em espaços a ela destinados. A memória coletiva representa, de acordo com Le Goff (1992), importante instrumento e objeto de poder, fazendo parte das grandes questões sociais da atualidade, sendo importante para qualquer tipo de sociedade ou classe.

Processos altamente complexos e forças de mudança atuais, como a globalização, tiveram impacto direto sobre aspectos culturais que afetam as identidades em níveis nacionais com consequências locais ou particulares, afirma Hall (2005). A globalização, para esse autor, se refere aos “processos atuantes em escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado” (HALL, 2005, p. 67). Este fenômeno não é recente, entretanto, o seu ritmo foi enormemente acelerado desde os anos de 1970, provocando a compressão do espaço-tempo cujas consequências possíveis sobre as identidades nacionais são: a sua desintegração, como resultado da crescente homogeneização cultural; o reforço das identidades locais ou particulares, pela resistência à globalização; ou o surgimento de novas identidades – híbridas –, em substituição às identidades nacionais que estão em declínio (HALL, 2005).

Para Wersig (1992), as inovações tecnológicas é que sustentam as grandes mudanças ocorridas que acabaram alterando o paradigma atual que se caracteriza pelo papel fundamental do conhecimento nas relações sociais, que se tornou a base da sociedade atual. Dessa forma, no modelo contemporâneo, as relações em todos os sistemas foram alteradas, passando a funcionar de acordo com a lógica de redes, tendo como matéria-prima a informação, através da qual todas as tecnologias agem, afetando todos os processos de vida individual e coletiva (CASTELLS, 1999, p.78-79). Ao final, o homem estaria vivendo um paradoxo, uma vez que com a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação

seria, hoje, um “homem desmemoriado, mas detentor de uma extraordinária memória extra corpórea”, nas palavras de Meneses (2007, p. 56).

Em nível individual, o sujeito antes visto como unificado, tem sido descrito como fragmentos ou partes que o compõem socialmente, neste século XXI. “Velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno” (HALL, 2005). Segundo esse autor, os conceitos de sujeito e de identidade foram afetados por acontecimentos recentes das sociedades modernas que impulsionaram sua fragmentação ou descentramento: o Marxismo, ou mais precisamente, a interpretação posterior dada aos escritos de Marx, no Séc. XX, quando considera que a história é feita sob certas condições que são dadas aos indivíduos. A descoberta por Freud do inconsciente, base da formação da identidade, da sexualidade e da estrutura dos desejos humanos, diferentemente da razão. A linguística estrutural de Saussure, que coloca a língua como um sistema social, e não individual, que dita as regras e os sistemas de significado cultural, dentro do qual produzimos significados. O surgimento do “poder disciplinar” de Foucault, representado por instituições coletivas e de grande escala que se desenvolveram ao longo do século XIX “e que “policiam” e disciplinam as populações modernas – oficinas, quartéis, escolas, prisões, hospitais, clínicas e assim por diante” (HALL, 2005, p. 42). O último evento citado pelo autor é o impacto do feminismo, tanto como crítica teórica quanto como um movimento social. Surgido, como muitos outros, nos anos 1960 (“o grande marco da modernidade tardia”), ao final, fortaleceu a ideia de que o pessoal é também político, inserindo a questão da família, da sexualidade e das obrigações no interior do lar e politizando o processo de formação da subjetividade e da identificação social. Esses movimentos deram origem a identidades abertas, contraditórias, inacabadas e fragmentadas do mundo contemporâneo.

O interesse por espaços destinados a memórias tem crescido enormemente, em nível mundial, especialmente a partir da década de 1980, quando observou-se, por exemplo, uma explosão de consumo de museus, isto é, de visitas, relativamente ao total da população, em todo o mundo, em função também do grande aumento da oferta (BENHAMOV, 2007). Atualmente, a importância da memória tem sido cada vez maior, envolvendo contribuições de estudiosos de diversas áreas do conhecimento, que tratam o tema em consonância com as suas problemáticas específicas, normalmente em colaboração com outras disciplinas, com diferentes níveis de interação entre elas. Tal crescimento pode ser justificado, de acordo com os autores citados, pelo fato de que a memória é o elemento que dá sustentação à identidade individual e coletiva. A memória do grupo, por sua vez, por meio dos códigos sociais que

utiliza, como a linguagem, elabora as lembranças e sustenta a memória individual. A utilização de artifícios externos aos indivíduos para preservação da memória, em substituição à memória espontânea, é resultado de mudanças de hábitos da sociedade contemporânea, devidos a eventos ocorridos em escala mundial como a globalização, a massificação, a mediatização e o desenvolvimento tecnológico.

Os espaços de memória funcionam como um desses artifícios externos e são reconhecidos, entre outros fatores, porque estabelecem conexão com o passado, resgatando e preservando a história e a cultura de grupos que se auto-reconhecem nas representações e na organização que criam. Dessa forma, esses espaços contribuem para preservar sua memória e fortalecer sua identidade tendo ainda, em alguns casos, o objetivo de difundir conhecimentos adquiridos e criar outros novos.

## **2.2. Os diversos espaços de memória**

Espaços de convivência de memórias individuais e coletivas são lugares que buscam, sobretudo, a preservação de culturas. São resultado de esforços de grupos sociais podendo representar um continente, uma nação, um grupo restrito ou mesmo um indivíduo, cuja memória deve ser simbolizada ou representada para garantir a lembrança e a perpetuação desta. As instituições destinadas à preservação de memórias lidam, portanto, com fragmentos de representações de grupos sociais, ao mesmo tempo em que representam também “fragmentos” dos sujeitos que dela fazem parte. Manipulam símbolos culturais que têm forte influência sobre a identidade e o pertencimento de determinados grupos sociais, colaborando, afinal, para a manutenção da memória destes grupos (HALL, 2005). Esses espaços são comumente denominados museus, arquivos, bibliotecas, centros de documentação ou centros de memória, dentre outros termos que remetem à mesma finalidade.

Parte-se, neste ponto, à exploração das ideias que permeiam alguns desses termos básicos relacionados a espaços de guarda do patrimônio histórico e cultural, especificamente, dos chamados Centros de Memória, principal objeto de investigação.

O conceito de cultura encontra-se na base de suas funções enquanto síntese de tudo aquilo que é compreendido pela expressão “patrimônio cultural”. O termo cultura deriva do cultivo da terra que transposto para o cultivo da mente, carrega o sentido do cultivo de conhecimentos cujo resultado é a colheita de bons frutos intelectuais. A partir de uma abordagem antropológica, cultura inclui as crenças, línguas, artes, leis, valores morais, costumes, atitudes e visões de mundo, ou seja, a Cultura, com “c” maiúsculo. Por outro lado e com um sentido

mais estreito, o termo pode também se referir aos produtos, serviços e manifestações culturais, ou seja, à expressão simbólica da Cultura em sentido amplo (FONSECA, 2007).

Os **museus** são fortemente relacionados a aspectos históricos, artísticos, científicos ou culturais, de acordo com os objetivos para os quais são criados. “Estão voltados basicamente para a preservação, a pesquisa e a comunicação de evidências materiais do homem e do seu meio ambiente, isto é, seu patrimônio cultural e natural” (FERREZ, 1994). Tradicionalmente, o museu é o lugar para guardar raridades, coisas velhas, lugar de reprodução do conhecimento para catalogar, conservar e expor peças do acervo. Ainda hoje no imaginário museal de muitas pessoas repercute a ideia de um espaço pouco atraente para o público em geral. Mas essa entidade sofreu grandes transformações, tendo expandido suas funções, transformando-se, na contemporaneidade, em um espaço político e ideológico que privilegia da preservação da memória, também o lugar de pesquisa, produção de conhecimento e da própria memória social, e de comunicação com a sociedade (HERMETO; OLIVEIRA, 2009).

O museu pode ser compreendido também como o espaço da representação, por excelência, ou seja, onde há a “capacidade de estar presente em lugar de alguém ou algo” (MENESES, 2007). Ou, ainda, considerando o contexto de fragmentação do sentido e da expressão cultural da atualidade, os museus são também considerados “conectores culturais”, que possibilitam garantir a comunicabilidade dos códigos culturais (CASTELLS, M., 2001, *apud* MENESES, 2007).

Na esfera da educação, por exemplo, os museus têm buscado estabelecer nova relação com a sociedade, contribuindo para a formação de sujeitos sociais, com participação crítica nos processos sociais. Eles têm se preocupado em desenvolver processos sistemáticos de organização de seus espaços educativos em complementação aos espaços formais de educação e para a divulgação da ciência. A educação patrimonial tem sido utilizada como uma abordagem que busca desenvolver um trabalho educacional sistematizado e contínuo a partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, buscando levar crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural para geração de novos conhecimentos (HORTA, 1996).

Os **arquivos** constituem outro tipo de organização cuja associação à memória é recorrente, tanto no pensamento e como nas práticas arquivísticas, segundo Jardim (1995). O autor dá exemplos de textos em que fica explícita essa relação, e, citando Robert (1990, p.137), diz que “os arquivos constituem a memória de uma organização qualquer que seja a sociedade, uma coletividade, uma empresa ou uma instituição, com vistas a harmonizar seu funcionamento e gerar seu futuro. Eles existem porque há necessidade de uma memória registrada”. Neste

contexto, os arquivos podem ser lugares de elaboração e de conservação da memória coletiva, afirma.

Os arquivos podem ser compreendidos como entidades que guardam documentos acumulados organicamente por uma única fonte geradora (entidade ou pessoa) no decorrer das funções desempenhadas. Os documentos, únicos, chegam a eles por passagem natural e obrigatória, e são organizados em séries, espelhando a trajetória da entidade ou pessoa que os gerou. É indivisível porque somente dentro desse conjunto cada documento adquire seu pleno significado, e se organiza com base na trajetória específica de cada entidade ou pessoa, exigindo conhecimento da relação entre os documentos e da estrutura e funções da entidade ou pessoa. Pode ser utilizado para fins administrativos, jurídicos, sociais, científicos e culturais (TESSITORE, 2003). Os arquivos podem ser fundamentais para a preservação da memória como suportes de informação para reconstituição da história de instituições, eventos ou indivíduos.

As **bibliotecas**, assim como os arquivos, têm origem em núcleos informacionais constituídos de lugares para guardar registros de informação. No sentido tradicional, uma biblioteca é um local onde se reúnem fisicamente documentos, majoritariamente livros e publicações periódicas (RIBEIRO, 2005). As práticas arquivística e biblioteconômica, segundo a autora, foram se desenvolvendo a partir da experiência e de novas realidades resultantes do desenvolvimento das estruturas sociais e das administrações públicas e privadas, que passaram a exigir uma organização da informação, o que implicou a sua classificação e arrumação ordenada, bem como a elaboração de instrumentos de acesso – índices, inventários, catálogos, etc. – destinados a viabilizar a recuperação dos registros informacionais.

Segundo Tessitore (2003), a função da biblioteca é congrega documentos originados das atividades culturais e da pesquisa científica, reunidos artificialmente em torno de seu conteúdo, sob a forma de coleções. Tem finalidades educativas, científicas e culturais. Sua organização é baseada em sistemas predeterminados e universais, exigindo conhecimento do sistema e do conteúdo dos documentos. O próprio órgão é que define quais documentos deseja ter em seu acervo e os adquire por compra, doação ou permuta, sendo este formado por documentos múltiplos, isto é, com muitos exemplares, produzidos por diversas fontes (livrarias, editoras, empresas jornalísticas etc.).

Os **centros de documentação** são as entidades que mais se aproximam dos Centros de Memória. Célia Camargo, por exemplo, utiliza nomenclatura em seu trabalho que se refere aos “centros de documentação e memória” como uma entidade única. Segundo essa autora, estes são “um tipo específico de unidade institucional, voltada para a geração de informações

e para a organização de fontes para a pesquisa”, muito comum ao ambiente universitário (CAMARGO, 1999, p. 49). Inicialmente os centros de documentação surgiram com a função de dar apoio às pesquisas através da organização de bibliografia e outros materiais de referência, tendo, posteriormente, passado também a fazer análise de conteúdo de documentos, chegando a acumular as funções de guarda de documentos arquivísticos, bibliográficos e até museológicos, principalmente em universidades e instituições para-acadêmicas, segundo visão de Lima (2009).

A documentação é a manifestação mais antiga da bibliografia especializada, originalmente entendida como disciplina da organização de registros gráficos. Até o Séc. XV, todo o patrimônio era abrigado por uma única instituição que, posteriormente, foi se distinguindo com procedimentos técnicos e normas específicas, dando origem aos arquivos, museus e bibliotecas. Os centros de documentação tiveram origem no século XX, especialmente a partir dos anos 1950, concentrando-se “como atividade essencial para viabilizar a construção do conhecimento nas áreas de ciência e tecnologia” e dando apoio informacional a pesquisadores, empresários, governo e políticos (CAMARGO, 2007, p. 54). No Brasil, os centros de memória e documentação foram criados no âmbito das universidades, ao lado das bibliotecas, como centros de preservação do patrimônio arquivístico (em alguns casos até de parte do patrimônio museológico) e de organização de fontes de pesquisa, bem como para preservação da memória nacional ou regional, tendo em vista a deficiência da política pública em relação à preservação do patrimônio documental.

O trabalho de Tessitore (2003) que orienta especificamente a criação de centros de documentação está em consonância com uma visão ampliada das funções dos centros de documentação. A autora apresenta o centro de documentação como uma entidade híbrida que mescla biblioteca, arquivo e museu sem se identificar com estes. Essa entidade reúne, por compra, doação ou permuta documentos únicos ou múltiplos de origens diversas (sob a forma de originais ou cópias) e/ou referências sobre uma área específica da atividade humana. Possuem documentos arquivísticos, bibliográficos (especializado) e/ou museológicos, constituindo conjuntos orgânicos (fundos de arquivo) ou reunidos artificialmente, sob a forma de coleções, em torno de seu conteúdo. É, portanto, um órgão colecionador e/ou referenciador, cuja finalidade é o oferecimento da informação cultural, científica ou social especializada, da qual realiza o processamento técnico, segundo a natureza do material que custodia. Cumpre também as funções de preservação documental e apoio à pesquisa, no mais amplo sentido: não só colocando à disposição do pesquisador referências para a localização das fontes de seu interesse, mas também tornando-se um pólo de atração da produção

documental de pessoas e entidades que atuam ou atuaram no seu campo de especialização. A aquisição, o armazenamento e o processamento técnico desse acervo possuem características biblioteconômicas, arquivísticas e/ou museológicas devido à própria diversidade do material reunido.

Como pode ser observado, a definição acima se aproxima do que pode ser chamado de um centro de memória, tratado, mais detalhadamente, a seguir.

### **2.3. Centros de Memória**

A preocupação com a preservação documental e com a organização das informações em instituições públicas e privadas, no Brasil, teve início nos anos de 1960, com a presença de pesquisadores estrangeiros que observaram a falta de organização e tratamento dado a uma memória recente. A partir de 1970, facilitado pelo avanço tecnológico, as empresas também perceberam a importância da preservação dos registros e de sua memória institucional para seu próprio crescimento e para fortalecer sua identidade interna e externa com vistas às adaptações sempre necessárias (FONTANELLI, 2005).

Os Centros de Memória e Documentação, segundo Lima (2009) começaram a se proliferar no final da década de 1970, para, entre outros objetivos, preservar passados específicos, tendo a memória como um dos elementos de reforço de identidades. Essas instituições são agentes formadores e fomentadores de memória, na medida em que são espaços destinados a esta. Nesse contexto, a memória, como construção social, tem como principal função “a formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional” (MENESES, 1992, *apud* MENESES, 1999, p.21).

Analogamente ao museu, pode-se afirmar que um centro de memória tem como função “a transmissão de um legado, de geração em geração, por meio da conservação das próprias obras. [...] resulta da dupla preocupação de abrir ao público e desenvolver o caráter enciclopédico das coleções, mantidas fora de seu contexto original” (BENHAMOV, 2007, p. 87). De acordo com o autor, o museu é um serviço coletivo. Na mesma linha, entende-se que os centros de memória têm como principal função prestar um serviço coletivo, embora, por princípio, sua área de abrangência seja mais restrita, dirigindo-se ao atendimento de um público mais específico.

Fontanelli (2005) afirma que, devido à escassez de literatura sobre o tema, a missão dos centros de memória, bem como suas responsabilidades, não é fácil de ser compreendida, dizendo que “quase nada há a esse respeito, especificamente” (p. 83), não possuindo, ainda, “uma metodologia de trabalho definida nem uma conceituação apropriada” (p.96), e que há

apenas relatos sobre experiências de projetos para a criação de alguns ou trabalhos que enfatizam a importância da organização e da disponibilização da memória institucional. Diante dessa limitação, a autora se ateve em sua pesquisa, principalmente, a centros de memória empresariais que muitas vezes funcionam como apoio à administração na gestão estratégica da empresa, em vista da necessidade de se conhecer a história da instituição para se adaptar a mudanças do ambiente em que atua.

Conforme já mencionado, muitas vezes os centros de memória são acoplados (ou confundidos) a centros de documentação, a exemplo do que apresenta a definição proposta por Tessitore (2003) ou a escolha terminológica utilizada por Camargo (1999). A semelhança entre as entidades é notória, uma vez que ambas acumulam documentos em diferentes suportes e se preocupam com a organização das informações para geração de novos conhecimentos e preservação da memória.

De acordo com Fontanelli (2005), os documentos do centro de memória são relativos, especificamente, à história da instituição, por meio dos quais será possível reconstituir sua memória. O trabalho com a memória, neste caso, tem como objetivo

propiciar um novo olhar, internamente, sobre a trajetória da instituição e sobre sua relação com o entorno, com o bairro, com a cidade; e, a partir desse novo olhar, sensibilizar sua comunidade interna e mostrar que ela também é responsável pela instituição, e não apenas personagem coadjuvante de alguns capítulos de sua história (FONTANELLI, 2005, p. 85).

Dessa forma, alguns documentos, principalmente aqueles relacionados às atividades-fim da instituição, devem compor o acervo do Centro de Memória, pois testemunham sua evolução histórica. É comum e desejável, segundo Homulos (1990, *apud* FONTANELLI, 2005), que haja integração e intercâmbio no interior de cada organização e que seu acervo seja composto de documentos arquivísticos, bibliográficos e museológicos, cumprindo papel específico e recebendo cada qual o tratamento adequado.

A presente pesquisa que explorou conceitualmente os centros de memória e outros espaços similares, parte do pressuposto de que essas instituições são, basicamente, unidades de informação que congregam funções relacionadas, devendo ser preocupação constante a recuperação dessas informações.

#### **2.4. A recuperação de informação em espaços de memória**

Os centros de memória como instituições estreitamente ligadas à informação, tem como suas funções básicas a sua preservação (coleta, aquisição, armazenamento, conservação e restauração), a sua comunicação (exposições, atividades educativas, publicações etc.) e a pesquisa (presente em todas as atividades) (FERREZ, 1994). Nesse sentido, todo o seu acervo é formado por veículos de informação, que podem se transformar em fontes para a pesquisa científica e para a comunicação, gerando novos conhecimentos.

Ainda de acordo com Ferrez (1994), a representação (palavras e imagens) do acervo dos espaços de memória, isto é, o conjunto de informações sobre cada um de seus itens, constitui parte importante de seu sistema de informação: a documentação. Entre outros fatores, importantes para uma boa gestão destes espaços, a documentação é indispensável para identificação, conservação e exploração das informações contidas no acervo, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa. Para tanto, o sistema de recuperação de informações - SRI (ou sistema de documentação) deve considerar a estrutura informativa do objeto, qual sejam, suas propriedades físicas, suas funções e significados (interpretação) e sua história. A utilização do SRI possibilitará a conservação dos itens, a maximização do acesso a eles e a otimização do uso da informação contida nos mesmos, estabelecendo contato efetivo entre as fontes de informação (itens) e os usuários. Os SRI devem, basicamente, registrar a entrada dos itens (seleção e aquisição), organizar e controlar os eventos (registro, identificação, armazenamento, classificação e indexação) e registrar as saídas (recuperação e disseminação). Para tanto, um SRI museológico deverá manipular um grande número de categorias de informação, principalmente se considerar que os objetos, partes de variados tipos de acervos, continuam a ser documentados mesmo depois de entrarem para o espaço museológico. Os SRI também são instrumentos essenciais para outras atividades desses espaços, como as administrativas (FERREZ, 1994).

Enquanto um serviço de informação, e de acordo com Fontanelli (2005), a existência de um Centro de Memória (como de outros espaços de memória) somente se justifica se a massa documental que mantém sob sua guarda for utilizada pela comunidade interna ou por pesquisadores e público externo. Assim sendo, afirma a autora, é importante que os profissionais do Centro de Memória se preocupem com a política de formação do acervo, uma vez que não se pode guardar tudo e que nem tudo é importante na história da instituição, sejam conhecedores das demandas de seus usuários, dos procedimentos para tratamento dos documentos e de sua disponibilização de maneira clara e eficaz.

## **2.5. Os Centros de Memória da UFMG**

Os centros de memória em atividade em unidades acadêmicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) foram explorados como fonte de informações para desenvolvimento da pesquisa empírica. Para coleta das informações relativas a estes centros, foram utilizados os sítios eletrônicos oficiais dos próprios centros de memória estudados e outros sítios, como o portal eletrônico da UFMG onde foram publicados depoimentos e notícias sobre os mesmos, uma vez que nem todos possuem sítios eletrônicos organizados e/ou atualizados. A análise do conteúdo dos sítios buscou identificar nos centros de memória da UFMG características apontadas na literatura estudada bem, como particularidades presentes nessas instituições. Buscou-se obter informações relativamente aos seguintes aspectos:

- A. Histórico
- B. Objetivos
- C. Tipo de acervo
- D. Funções assumidas
- E. Sistemas de informação

Os resultados obtidos na pesquisa são relatados, a seguir, iniciando-se com um ligeiro histórico dos centros de memória, sobre o qual foram observados, especificamente, os seguintes pontos: época de criação, motivação e espaço ocupado, podendo-se verificar que a maioria dos centros, cinco dos sete, foi criada a partir de 2001. Quanto aos outros dois, um foi criado em 1977 e o outro em 1982. Quanto à motivação principal que impulsionou a criação destes Centros, em três casos se deve a comemorações de aniversário de criação das respectivas Unidades/áreas. Dos demais, três se deveram, conforme explicitado, à necessidade ou vontade de salvaguardar acervo histórico e o último teve sua criação motivada por questões acadêmicas relacionadas a reestruturação do currículo do curso. Quanto ao espaço em que estão instalados, o histórico dos centros nos mostra que seis deles estão instalados em espaços destinados a este fim e um deles está provisoriamente instalado no espaço da biblioteca da unidade.

Os principais objetivos apontados explicitamente pelos Centros para sua constituição são preservar e conservar a memória da instituição e da área/profissão, que é apontado por todos eles. A realização de pesquisa histórica sobre a área/profissão é apontada em cinco centros. A divulgação da memória da área é explicitamente citada por duas entidades e a atuação na educação e na divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos são preocupações citadas também por dois centros. Houve também explicitações de outras intenções ou desejos, como: ampliar participação da sociedade; estimular estudos interdisciplinares; promover intercâmbios; divulgar a produção científica na história da área; e organizar e promover

eventos com vistas à socialização do conhecimento (não tendo sido todas necessariamente por um mesmo centro).

Os acervos abrigados pelos centros são muito diversificados. Todos os espaços abrigam acervos compostos de objetos como, equipamentos, instrumentos de trabalho, utensílios, móveis, material didático etc. A maioria (quatro) abriga documentos históricos, ou seja, documentos oficiais que contam a história da instituição. Dois casos dizem ter intenção de abrigar este tipo de acervo sobre a atividade desenvolvida no entorno da instituição, contando com documentos de outras instituições também. Documentos iconográficos (fotos, mapas etc.) e filmes estão em cinco Centros. As obras raras (livros, telas, gravuras, esculturas etc.) fazem parte do acervo de quatro Centros. Material bibliográfico como livros, periódicos, jornais, revistas, apostilas e monografias estão presentes também em quatro Centros. Documentos orais (depoimentos) fazem parte do acervo de dois centros e um deles possui um tipo de material diferenciado que é uma cápsula metálica com documentos, depoimentos e objetos destinados a gerações futuras.

O aspecto que mais chamou a atenção foi o fato de que a maioria dos Centros de Memória da UFMG e reconhece como suas atividades, simultaneamente, as funções de museu (todos), de arquivo histórico (cinco), de biblioteca (quatro) e de espaço de pesquisa (seis), possuindo estes serviços em suas instalações.

Não há nenhum registro ou menção a sistemas informatizados de informação implementados para lidar com documentos que fazem parte dos acervos. As páginas eletrônicas da maioria estão em estágio inicial, à exceção de um, que disponibiliza informações completas sobre o centro, bem como textos produzidos em parceria com laboratórios de pesquisa, ligados ao centro.

O tempo de criação dos Centros não está diretamente relacionado à amplitude ou efetividade de sua atuação, havendo alguns mais recentes que parecem estar com atividades mais intensas que outros criados há mais tempo. A visibilidade dos Centros também é bastante diferenciada. Embora todos os listados façam parte da Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG, nem todos possuem páginas eletrônicas, conforme já dito, e um deles não aparece nem no portal eletrônico da Unidade, constando apenas como um projeto de extensão

### **3 – Conclusão**

Como resultado deste trabalho, apresenta-se, a seguir, o que acredita-se seja uma colaboração à reflexão sobre Centros de Memória, especialmente aqueles localizados no âmbito

acadêmico/universitário, a partir da pesquisa realizada com os Centros de Memória da Universidade Federal de Minas Gerais, à luz da teoria estudada.

No campo teórico, apesar da escassez de literatura específica sobre o tema “centro de memória”, considera-se que a principal característica que identifica estes órgãos seja o fato de que são instituições criadas para se dedicarem à história da instituição/área ou grupo que buscam representar, incluindo a produção de novos conhecimentos por meio de pesquisa que desenvolvem como atividade própria do centro ou que dão suporte por meio de seu acervo. O centro de memória se organiza, normalmente, em torno de um acervo que testemunha a evolução histórica da área de conhecimento ou da atividade profissional, constituído de documentos arquivísticos, bibliográficos e/ou museológicos especializados, produzidos ou utilizados pela instituição/área ou por membros desta.

Os Centros de Memória são entidades estreitamente ligadas à informação no que se refere às suas funções básicas de preservação, comunicação e pesquisa, sendo recomendável a utilização de Sistemas de Recuperação de Informações (ou Sistema de Documentação) para facilitar o acesso às informações de que dispõe, dando suporte às atividades de pesquisa.

As atividades que se propõem desenvolver exigem e propiciam a realização de trabalho multi-, inter- ou transdisciplinar para que tenham êxito. Além das áreas de museologia, biblioteconomia e arquivologia, bases da organização da informação nesse tipo de entidade, são igualmente importantes aspectos relacionados a história, antropologia, arquitetura e artes em suas várias vertentes, além de outros de compõem o amplo espectro de disciplinas com as quais mantêm relação, mais ou menos distante, de acordo com sua natureza, como a sociologia, a filosofia e a tecnologia.

A política de formação de acervo deve ser definida pelo próprio Centro de Memória, sendo, contudo, necessário proceder a uma constante avaliação com base na demanda dos usuários e no que é considerado importante para a trajetória da área e da instituição que a abriga. A existência do espaço e do material disponível no acervo se justifica na medida em que são utilizados pela comunidade interna e/ou por pesquisadores e público externo. Para tanto, os Centros de Memória devem buscar o contato efetivo e sistemático entre as fontes de informação (itens do acervo) e os usuários.

Os procedimentos requeridos para a disponibilização e preservação dos vários tipos de materiais que compõem o acervo são fonte de preocupação constante dos profissionais dessas instituições. Equipes de profissionais especializados normalmente são requeridas para que o acervo normalmente diversificado, comumente organizado em coleções, tenha tratamento adequado.

Sintetizando, entende-se que um Centro de Memória, especialmente aquele localizado no âmbito acadêmico, se caracteriza como uma instituição que abriga e disponibiliza publicamente acervos institucionais e pessoais que representam experiências vividas por uma organização ou grupo específico, com os objetivos de preservar a memória, garantir sua transmissão, organizar fontes para o surgimento de novos conhecimentos. Seus acervos são compostos geralmente por itens de caráter arquivístico, bibliográfico e museológico, de valor histórico, cultural ou artístico reconhecido pelos membros daquela comunidade, área ou atividade profissional por contribuírem para representar a evolução daquele campo específico do conhecimento ou da instituição procura representá-lo.

A definição acima se aproxima daquela elaborada por Tessitore (2003) para Centros de Documentação, já mencionada anteriormente. Acredita-se que esteja ocorrendo, atualmente, uma preferência pela utilização do termo Centro de Memória, para designar o tipo de entidade aqui estudada, por apresentar terminologicamente um caráter mais direto e ao mesmo tempo abrangente relacionado a “memória” que indicaria, a priori, não se limitar a “documentos”, muitas vezes compreendidos como papéis, somente. A principal diferença entre os chamados centros de documentação e os centros de memória está no fato de que nos Centros de Memória, os itens do acervo (sejam eles característicos de arquivo, biblioteca ou museu), não possuem origem diversa, se constituindo a partir da própria área ou instituição que representa. Outra distinção está na função educativa, presente nas atividades dos Centros de Memória, ainda que de maneira tímida e pouco planejada, com a intenção principal de proporcionar uma visão atraente da história daquela área, com vistas a uma aproximação de usuários mais jovens. As ações, neste caso, se resumem, basicamente, à apresentação de processos, instrumentos, produtos ou relatos de experiências que resultaram em contribuições marcantes para o desenvolvimento da área.

Em relação, especificamente, aos Centros de Memória da UFMG estudados, concluiu-se que, na maioria deles, o contato efetivo com os usuários parece não ocorrer de forma satisfatória, ainda, uma vez que nem todos estão abertos ao público regularmente. A documentação parece ser ainda incipiente em todos eles, não sendo disponível o acesso às informações de forma sistemática. A disponibilização de informações por meio de sítios eletrônicos, na maioria dos casos, ainda está em fase de construção. A descrição dos objetivos almejados indica que há demanda por este tipo de espaço e pelas atividades que se propõem a desenvolver. Há também a intenção, ou o desejo, de que o espaço se concretize como lugar de visitação, de educação e de pesquisa. Contudo, parece haver ainda um longo caminho a ser trilhado entre o desejo e a concretização destes objetivos.

Registra-se, aqui, algumas limitações encontradas para realização deste trabalho. Conforme já dito, não foi encontrado grande número de trabalhos acadêmicos ou científicos publicados sobre o tema Centro de Memória, o que, por outro lado, acabou por reforçar a importância da reflexão aqui proposta. Outra dificuldade está relacionada ao fato de que a coleta de informações sobre os Centros de Memória da UFMG mostrou-se, em alguns casos, de baixa confiabilidade, uma vez que não foi possível verificar em que nível as informações obtidas nos sítios podem ser confirmadas na realidade dos Centros pesquisados.

Esta limitação poderá ser corrigida com a continuidade deste trabalho, por meio de visitas aos espaços e realização de entrevistas com seus coordenadores, conforme previsto inicialmente no projeto. Pretende-se, também, que a continuação desta pesquisa inclua o estudo, em profundidade, da gestão financeira e de pessoal desses espaços, bem como da gestão cultural (projetos educativos, exposições) e da gestão da informação, indispensáveis ao bom desempenho dos objetivos desse tipo de instituição.

Finalmente, defende-se a opção pelo termo “espaço de memória” utilizado neste texto quando esses órgãos foram mencionados de forma geral, por julgarmos que esse tipo de instituição tem como função principal estabelecer ligações entre tempos e culturas diferentes. Para tanto, na contemporaneidade, não se restringem a lugares físicos, devendo se apresentar como “espaços” que talvez somente sejam realidade no mundo virtual, disponíveis à visitação pública a partir de qualquer lugar do planeta conectado às redes de comunicação.

## Referências

BENHAMOV, F.A *Economia da Cultura*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes (org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 1999. p. 49-63.

CASTELLS, Manuel. Museums in the information era: cultural connectors of time and space. *ICOM News*, v.3, n.54, 2001, p. 4-7 (Special Issue – 9th General Conference Barcelona 2001) *apud* MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Os museus na era do virtual. In: BITTENCOURT, José Neves; GRANATO, Marcus; BENCHETRIT, Sarah Fassa. *Museus, ciência e tecnologia*. Livro do Seminário Internacional. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2007, p. 49-70.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: *Estudos Museológicos*. Rio de Janeiro: IPHAN, p. 64-74, 1994.

FIGUEIREDO, Betânia; VIDAL, Diana Gonçalves. *Museus: dos gabinetes de curiosidades ao museu moderno*. Belo Horizonte: Argumentum, 2005.

FONTANELLI, Silvana Aparecida. Centro de memória e ciência da informação: uma interação necessária. *Monografia* (Trabalho de Conclusão do Curso de Biblioteconomia) –

Escola de Comunicações e Artes – Universidade de São Paulo, 2005. São Paulo: ECA/USP, 2005. Disponível em: <http://rabci.org/rabci/sites/default/files/Fontanelli-Memoria.pdf>.

FONSECA, Ana Carla. *Economia da Cultura e Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Editora Manole, 2007.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HERMETO, Miriam; OLIVEIRA, Gabriela Dias de. Ação Educativa em Museus: produção de conhecimento e formação para a cidadania. In: AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de; CATÃO, Leandro Pena; PIRES, João Ricardo Ferreira (Orgs.) *Cidadania, memória e patrimônio: as dimensões do museu no cenário atual*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

HOMULOS, Peter. Museums to libraries: a mail of collecting institutions. *Art libraries Journal*, v.15, n.1, p.13-21, 1990 *apud* FONTANELLI, Silvana Aparecida. Centro de memória e ciência da informação: uma interação necessária. *Monografia* (Trabalho de Conclusão do Curso de Biblioteconomia) – Escola de Comunicações e Artes – Universidade de São Paulo, 2005. São Paulo: ECA/USP, 2005. Disponível em: <http://rabci.org/rabci/sites/default/files/Fontanelli-Memoria.pdf>.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*, Brasília: Iphan/Museu Imperial, 1999.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*, v. 25, n. 2, 1995, p. 1-13.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Editora Unicamp, 1992.

LIMA, Suely Torres de Melo dos Santos. *Projeto de criação do Centro de Memória do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada: uma história de competência, paixão e perseverança*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Os museus na era do virtual. In: BITTENCOURT, José Neves; GRANATO, Marcus; BENCHETRIT, Sarah Fassa. *Museus, ciência e tecnologia*. Livro do Seminário Internacional. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2007, p. 49-70.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A exposição museológica e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, Betânia; VIDAL, Diana Gonçalves. *Museus: dos gabinetes de curiosidades ao museu moderno*. Belo Horizonte: Argumentum, 2005, p. 15-85.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da. *Arquivos, Patrimônio e Memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 1999. p. 11-29.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.34, p.9-24, 1992 *apud* MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da. *Arquivos, Patrimônio e Memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 1999.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo, v.10, dez. 1993, p. 7-28.

RIBEIRO, Fernanda. Gestão da Informação / Preservação da Memória na era pós-custodial: um equilíbrio precário? In: JORGE, Vítor Oliveira (org.). *Conservar para quê?* Porto/PT:Universidade do Porto / Faculdade de Letras, 2005. Disponível em:

<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/39365/2/fribeirogestao000112993.pdf>. Acesso em: 23/10/2011.

ROBERT, Jean-Claude. Les rapports entre l'histoire e l'archivistique. In: *La place de l'archivistique dans la gestion de l'information: perspectives de recherche*. Montreal: Université de Montreal, 1990 *apud* JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*, v. 25, n. 2, 1995, p. 1-13.

TESSITORE, Viviane. *Como implantar centros de documentação*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003 (Projeto Como Fazer, 09).